

Ata nº 01/2021 – COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO DE SELEÇÃO DA ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO RECIFE

Ata da primeira reunião referente ao início dos trabalhos da comissão que executará os procedimentos necessários a seleção pública a Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) que administrará o Regime de Previdência Complementar (RPC) no âmbito do Executivo e Legislativo do Município do Recife, realizada no dia 11 de agosto de 2021, presidida pelo Secretário de Planejamento, Gestão e Transformação Digital, o Excelentíssimo Felipe Martins Matos.

No dia onze do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um (2021), às 09:00 horas, através da plataforma Google Meet foi realizada a reunião da comissão por teleconferência sob a presidência do Secretário de Planejamento, Gestão e Transformação Digital, Felipe Martins Matos. **Presentes:** Diretor-Presidente, **Manoel Carneiro Soares Cardoso**; o Diretor Vice-Presidente, **Francisco Canindé Antunes Furtado Júnior**; o representante da Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores (AMPASS), **Gustavo Lins Dourado**; o representante da Câmara Municipal do Recife, **Samuel Salazar**; o representante do Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência Social do Recife, **Petrônio Lira Magalhães**; o representante do Conselho Municipal de Previdência do Regime Próprio de Previdência Social do Recife, **Clênio Nogueira de Carvalho**; o representante do Conselho Municipal de Previdência do Regime Próprio de Previdência Social do Recife, **Antônio Marcos Medeiros de Araújo**; o representante da Controladoria Geral do Município, **Clelton Fonseca dos Santos**; a representante da Secretaria de Finanças, **Mariana Iervolino** e a representante da Secretaria de Previdência, **Márcia Paim Romera**. O Presidente da Comissão declarou abertos os trabalhos, agradecendo a presença dos participantes e ratificando a importância da reunião e do processo que compreende a seleção da entidade que gerará o RPC da AMPASS. Ato contínuo, concedeu a fala a representante da Secretaria de Previdência, Márcia Paim, para que realizasse uma apresentação com pontos importantes a serem observados durante o processo de execução da contratação. Pouco antes de discorrer sobre o material, Paim, resgatou a conversa com o representante da AMPASS, Gustavo Dourado, trazendo para o grupo a questão do prazo de aprovação da PREVIC quanto ao termo de adesão, que apesar de ser estabelecido o prazo de 60 dias, a aprovação poderia ser feita em 5 dias se não houvesse mudanças significativas no

modelo disponibilizado por essa Autarquia. Ao começar de fato a apresentação, Márcia Paim, mostrou um panorama geral sobre os envolvidos no processo e explicou sobre o papel de cada componente e a dinâmica da contratação. Enfatizou os benefícios e desvantagens de se criar uma entidade para a gestão do RPC, de aderir a planos multipatrocinados ou criar um plano exclusivo. Entendendo que no momento em que Recife se encontra pode ser uma boa alternativa ingressar em um plano multipatrocinado, uma vez que a demanda deve ser pequena haja vista a quantidade informada por ela de quatro mil servidores antigos elegíveis e dos custos de um plano exclusivo ou criação de entidade própria. O Diretor Vice-Presidente, solicitando a palavra, informou que a FUNAPE o procurou e que também estava realizando o processo de contratação e que gostaria de saber o interesse do município em integrar ambos os entes em um único processo de seleção. Antônio Marcos, dirigindo-se ao Secretário de Planejamento, Gestão e Transformação Digital, Felipe Martins Matos, perguntou se estaria definido politicamente caminharmos juntos com a FUNAPE. Petrônio Lira, pediu a palavra para informar que o critério dessa decisão seria estritamente técnico, logo o seu argumento foi confirmado pelo Presidente da Comissão e que essa decisão seria tomada pelo grupo em momento oportuno. Dando prosseguimento ainda a apresentação, a representante da Secretaria de Previdência informou que não há um modelo de contratação pública que se enquadrasse adequadamente seleção da entidade na administração pública que irá os Regimes de Previdência Complementar, por tanto tornando essa contratação *sui generis*. O Presidente da Comissão, Felipe Matos, indagou que apesar de uma contratação ser única, talvez o tipo de licitação técnica e preço se aproximasse mais do caso em questão, levando em consideração os critérios que seriam avaliados, o que foi confirmando por Márcia Paim. Ato contínuo, foi evidenciado critérios que deveriam ser analisados pela Comissão das entidades, todos os critérios técnicos foram disponibilizados no Guia de Previdência Complementar para os Entes Federativos, já enviado pelo Diretor-Presidente da AMPASS no e-mail que convidou os membros da Comissão para esse momento. Entre alguns critérios relevantes, a rentabilidade foi mencionada, especificamente a importância de avaliar esse percentual com base no retorno da entidade como um todo para que a mesma não só apresente a rentabilidade positivas alguns planos, ainda nessa temática o prazo de cinco anos foi levantado como uma boa prática a ser seguida quanto ao tempo de avaliação da rentabilidade. O Vereador do Recife, Samuel Salazar, indagou a importância de levantar períodos maiores por pelo menos dez anos para uma melhor análise. Márcia Paim, informou que poderiam haver dificuldades, pois existem entidades recentes que não poderiam apresentar tais dados devido a sua recente criação. Ainda sobre a rentabilidade, Antônio Marcos, pediu a palavra para lembrar que

seria interessante verificar as rentabilidades sem que fossem incluídos os rendimentos de empréstimos realizados aos participantes dos planos. Outro ponto importante a destacar foram as despesas administrativas e como elas impactam negativamente na gestão dos recursos, além de como poderiam variar bastante de acordo com a entidade. O representante da AMPASS, Gustavo Dourado, corroborou com a informação e citou o exemplo de Salvador no qual tiveram entidades informando valores bem discrepantes. Ainda na sua fala, o representante da AMPASS, mencionou a questão da participação na governança que a depender do número de ingressantes no plano e da forma de contratação o ente pode ter mais ou menos voz nos conselhos deliberativos. Entretanto, a representante da Secretaria de Previdência, informou que isso não é uma regra e que pode haver mais participação independente do quantitativo, desde que seja acordado na contratação. Ainda na sua apresentação, Márcia Paim, mostrou onde encontrar modelos de documentos, assim como órgãos que já estão mais avançados na contratação o que facilitaria o benchmark do município do Recife. Finalizando o material e sua fala a representante da Secretaria da Previdência agradeceu a todos, colocou-se à disposição para quaisquer dúvidas e se comprometeu de enviar o material apresentado por e-mail. O Diretor-Presidente da AMPASS, após encerramento da pauta, sugeriu uma reunião semanal para que a comissão pudesse dar andamento aos trabalhos, sempre às quartas-feiras às 09:00 que foi prontamente aceito pelo Secretário e Presidente da Comissão, assim como os demais membros. O Presidente da Comissão agradeceu a todos pela reunião e solicitou que a equipe da AMPASS trouxesse uma apresentação com pontos importantes a serem decididos nas etapas iniciais do processo de contratação, o que foi acenado positivamente pelo Diretor-Presidente da AMPASS. Felipe Matos, encerrou a reunião e os trabalhos, seguindo para atendimento a uma demanda do Prefeito da Cidade do Recife. Em um momento final, Mariana Iervolino, representante da Secretaria de Finanças, trouxe sua experiência com a implantação sobre o regime de previdência complementar no Rio Grande do Sul e que apesar dos esforços do ente para trazer potenciais servidores para aderirem ao RPC voluntariamente não obtiveram muito êxito, mesmo com incentivo financeiro para a sua adesão. Então, o foco não seria de imediato pensar em incentivos ou formas de trazer os servidores potenciais que estão na ativa e sim buscar dar andamento as atividades com foco nos servidores que serão obrigados a aderir o regime. Após sua fala, o Diretor-Presidente Manoel Carneiro, agradeceu mais uma vez pela participação de todos e a reunião foi encerrada.

MEMBROS PRESENTES - ASSINATURA

FELIPE MARTINS MATOS	
MANOEL CARNEIRO SOARES CARDOSO	
FRANCISCO CANINDÉ ANTUNES FURTADO JÚNIOR	
GUSTAVO LINS DOURADO	
SAMUEL SALAZAR	
PETRÔNIO LIRA MAGALHÃES	
CLÊNIO NOGUEIRA DE CARVALHO	
ANTÔNIO MARCOS MEDEIROS DE ARAÚJO	
CLELTON FONSECA DOS SANTOS	
MARIANA IERVOLINO	